



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
PALÁCIO "RINCÃO DA CRUZ"

PROJETO DE LEI Nº:
APROVADO EM SESSÃO:

EMENTA

PROJETO DE LEI Nº ____ de 04 de novembro de 2019.

Institui o programa de parceria Unidos pela Educação - Adote uma Escola, e dá outras providências

Art. 1º - Institui o programa de parceria Unidos pela Educação - Adote uma Escola, e dá outras providências.

Parágrafo único: O programa de parceria Unidos pela Educação - Adote uma Escola tem por objetivo incentivar pessoas jurídicas tornarem-se parceiras do Poder Público por contribuir para as melhorias da qualidade do ensino na rede pública municipal.

Art. 2º - A participação de pessoas jurídicas no programa, dar-se-á sob a forma de doação de equipamentos, livros, materiais escolares, carteiras, promoção de palestras sobre saúde, meio ambiente e outros temas de interesse dos alunos, patrocínio de obras de manutenção, reforma e ampliação de prédios escolares ou de outras ações que visem beneficiar o ensino nas escolas municipais.

Parágrafo único: As obras de reforma e ampliação poderão ser realizadas em consonância com as necessidades elencadas e sugeridas pelo Poder Executivo, em consonância com a direção da escola e supervisão da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Transporte.

Art. 3º - Estarão aptas a participar do programa, pessoas jurídicas que estejam adimplentes com os tributos municipais.

Art. 4º - O programa de parceria Unidos pela Educação - Adote uma Escola, não implicará em ônus de nenhuma natureza para o Poder Público, nem concederá qualquer incentivo fiscal aos parceiros.

Art. 5º - As pessoas jurídicas que desejam ingressar no programa Unidos pela Educação - Adote uma Escola, deverão firmar um termo de cooperação com o Poder Executivo.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

Protocolo

Protocolo

Folha nº 01

Rubrica



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

PALÁCIO "RINCÃO DA CRUZ"

§ 1º O termo de cooperação poderá ser firmado pelo prazo de 1(um) ano ou de acordo com obra(s), ou doação(s) específica(s), podendo ser renovado por igual tempo desde que, aprovado pelo Poder Executivo e comprovadamente tenha a empresa adotante cumprido com todas as obrigações assumidas para o período.

§ 2º Cada empresa participante do programa poderá adotar até 3 (três) instituições de ensino público.

Art. 6º - A pessoa jurídica que vier a adotar uma ou mais escolas poderá escolher dentre as necessidades apontadas pela direção das escolas as providências, observadas as incluídas no art. 2º desta Lei, que estejam melhor adequadas às suas possibilidades.

Art. 7º - As pessoas jurídicas participantes do programa poderão divulgar, com fins promocionais e publicitários, as ações praticadas em benefício da escola adotada.

§ 1º As empresas que participarem do referido programa poderão explorar com exclusividade a publicidade nos materiais escolares e equipamentos doados, bem como na pintura de muros e instalações de painéis (outdoors) nas escolas.

§ 2º As escolas não poderão firmar parcerias com pessoas jurídicas que comercializam produtos ou serviços proibidos ou impróprios para menores ou que causem danos à vida ou à saúde.

§ 3º As dimensões e o local onde poderão ser pintados os muros ou instalados os painéis referidos no caput deste artigo, poderão ser previamente definidos entre a Secretaria Municipal de Educação e a direção de cada escola, levando-se em consideração os espaços físicos disponíveis em cada unidade de ensino.

§ 4º Não poderão ser veiculados nos materiais escolares, equipamentos, muros e painéis propagandas político-partidárias ou nomes de pessoas que concorrerão a cargos eletivos municipais, estaduais e federais.

Art. 8º - Anualmente, a Câmara Municipal poderá realizar sessão solene para prestar homenagem às pessoas jurídicas participantes do programa e conferir a entrega do título Parceiro do Programa Unidos pela Educação - Adote uma Escola, através do diploma de reconhecimento público.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaqui, 04 de novembro de 2019.

Vereador Leonardo Dicson Sanchez Betin

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Protocolo

Protocolo

Folha nº 02

Rubrica



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

PALÁCIO "RINCÃO DA CRUZ"

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei dispõe sobre a possibilidade de empresas investirem e patrocinarem escolas na rede pública de ensino do município de Itaqui. O mesmo visa permitir uma maior integração entre o poder público municipal e a iniciativa privada através da criação do programa de parceria Unidos pela Educação - Adote uma Escola.

A partir desse projeto, será possível através da integração/parceria público privado, que as empresas possam também participar e somar na educação do município. Ao mesmo tempo em que investem na educação local, através de investimentos em materiais e obras públicas, as empresas poderão fixar o nome e a marca nas escolas, se beneficiando da "boa" propaganda e exposição de sua marca.

Para que seja possível instituir as parcerias público/privadas na educação, torna-se fundamental a aprovação da presente lei como primeiro passo. Para isso conto com os demais edis na aprovação da presente lei que certamente possibilitará um grande incremento na educação pública local, permitindo assim que a sociedade também participe da construção de uma educação de qualidade como todos almejamos.

Vereador Leonardo Dicson Sanchez Betin



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

PALÁCIO "RINCÃO DA CRUZ"

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei dispõe sobre a possibilidade de empresas investirem e patrocinarem escolas na rede pública de ensino do município de Itaqui. O mesmo visa permitir uma maior integração entre o poder público municipal e a iniciativa privada através da criação do programa de parceria Unidos pela Educação - Adote uma Escola.

A partir desse projeto, será possível através da integração/parceria público privado, que as empresas possam também participar e somar na educação do município. Ao mesmo tempo em que investem na educação local, através de investimentos em materiais e obras públicas, as empresas poderão fixar o nome e a marca nas escolas, se beneficiando da "boa" propaganda e exposição de sua marca.

Para que seja possível instituir as parcerias público/privadas na educação, torna-se fundamental a aprovação da presente lei como primeiro passo. Para isso conto com os demais edis na aprovação da presente lei que certamente possibilitará um grande incremento na educação pública local, permitindo assim que a sociedade também participe da construção de uma educação de qualidade como todos almejamos.

Vereador Leonardo Dicson Sanchez Betin

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Protocolo

Protocolo

Folha nº 03

Rubrica

**CAMARA MUNICIPAL DE ITAQUI**

Rua João Dubal Goulart, 942

ITAQUI - RS

55 34338207 - CNPJ: 90.776.279/0001-92

contador@camaraitaqui.rs.gov.br

www.camaraitaqui.rs.gov.br

PROCESSO Nº 425/2019
IMPRESSÃO DE DESPACHO
Data: 04/11/2019
Hora: 10:26
Usuário: CID VANDERLEI KRAHN
Público: Sim

Processo : 425/2019

Data : 04/11/2019

Tipo : PROJETO DE LEI

Requerente : LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN

Observação : Encaminhamento de Projeto de Lei nº 21 OL

Titular do Processo : LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN

Hora : 10:03

Atendente : PAMELA PIARDI DE ALMEIDA

Despacho : O PL tem a mesma estrutura de definições encontradas no PL objeto da análise do IGAM, encontrada na Informação Técnica nº 48.877/2019 (em anexo). Na Informação, foi mencionada a Lei Municipal nº 3.080/2017, de Novo Hamburgo (RS), que foi objeto de Ação de Inconstitucionalidade junto ao TJ RS, tendo o Tribunal de Justiça entendido que a lei é CONSTITUCIONAL, conforme abaixo reproduzido.
Assim, entendemos que o PL está em acordo com o processo legislativo estabelecido pela CF 88 e não apresenta nenhum obstáculo para ser devidamente apreciado por esta Casa

Núm.:70076374750

Tipo de processo: Ação Direta de Inconstitucionalidade

Tribunal: Tribunal de Justiça do RS

Classe CNJ: Direta de Inconstitucionalidade

Relator: Luiz Felipe Brasil Santos

Redator:

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Comarca de Origem: PORTO ALEGRE

Seção: CIVEL

Assunto CNJ: Controle de Constitucionalidade

Decisão: Acordao

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 3.080/2017. MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO. "INSTITUI O PROGRAMA DE PARCERIA A UNIAO FAZ A EDUCAÇÃO - ADOTE UMA ESCOLA". LEI DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO. VICIO DE INICIATIVA NAO CONFIGURADO. AUSENCIA DE ALTERAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DOS ORGAOS PUBLICOS E ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS. VIOLAÇÃO AO PRINCIPIO DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES NÃO CONFIGURADA. Não padece de inconstitucionalidade formal lei municipal de iniciativa do Poder Legislativo que institui o programa denominado "A União faz a Educação - Adote uma Escola", possibilitando que as empresas privadas contribuam para a melhoria da qualidade do ensino na rede pública municipal, por meio de doações de materiais escolares, livros, uniformes, promoção de palestras, e patrocínio de obras de manutenção, reforma e ampliação de prédios escolares, com direito à publicidade. A lei impugnada não altera a estruturação dos órgãos públicos, nem as atividades administrativas, tampouco cria atribuições aos órgãos da Administração, matérias de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, previstas no art. 60, II, da Constituição Estadual. JULGARAM IMPROCEDENTE, POR MAIORIA.(Ação Direta de Inconstitucionalidade, Nº 70076374750, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em: 21-05-2018)[0]
Data de Julgamento: 21-05-2018
Publicação: 02-07-2018
Jurisprudência:

Porto Alegre, 8 de outubro de 2019.

Orientação Técnica IGAM nº 48.877/2019.

I. A Câmara Municipal de Itaquí solicita análise sobre a constitucionalidade e legalidade de Projeto de Lei, de 2019, de origem no Legislativo, que “Dispõe sobre as empresas patrocinadoras de uniformes escolares na rede pública de ensino, no município de Itaquí e dá outras providências”.

II. A matéria, apresentada pelo Projeto de Lei presentemente analisado, visa, essencialmente, dispor sobre a possibilidade de empresas patrocinarem os uniformes escolares na rede pública de ensino do município de Itaquí.

Segundo a mensagem justificativa que acompanha a proposição a “partir desse projeto, será possível através da integração/parceria público privado, que as empresas possam também participar e somar na educação do município. Ao mesmo tempo em que investem na educação local, através da doação de uniformes, as empresas poderão fixar o nome e a marca nos mesmos, se beneficiando da “boa” propaganda e exposição de sua marca”.

Nesse sentido, necessário se faz trazer para a análise o que julgado pelo Tribunal de Justiça do RS, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70076374750¹, cujo relator foi o Des. Luiz Felipe Brasil Santos.

Isso por que nessa ADI foi reconhecida como constitucional uma Lei do Município de Novo Hamburgo que instituiu o programa denominado “A União faz a Educação - Adote uma Escola”, possibilitando que as empresas privadas contribuam para a melhoria da qualidade do ensino na rede pública municipal, por meio de doações de materiais escolares, livros, uniformes, promoção de palestras, e patrocínio de obras de manutenção, reforma e ampliação de prédios escolares, com direito à publicidade.

O reconhecimento de sua constitucionalidade se deu em razão de que a lei hamburguesa não apresentava em seu conteúdo dispositivos que alterassem a estruturação dos órgãos públicos, nem as atividades administrativas, tampouco que criassem atribuições aos

órgãos da Administração, conforme entendimento exarado pelo STF no Tema nº 917 e que tem servido de forma a basilar o entendimento sobre os temas que competem ao vereador legislar.

Nesse sentido, quanto ao projeto aqui analisado, vislumbra-se que este não se adequa ao referido entendimento exarado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, pois traz, em seu conteúdo, dispositivos que importam em novas obrigações e culminam em novas responsabilidades para órgão da Administração Pública e que, inclusive, disciplinam a forma como deverá ser feita.

Por exemplo, veja-se que o art. 3º determina, ainda que no campo meramente autorizativo, que a Secretaria Municipal de Educação elabore o modelo do uniforme da escola pública que veiculará a inscrição do nome e marca da empresa patrocinadora e isso importa em implicação de conduta a ser realizada pela citada pasta da Administração e que não compete ao vereador realizar, pois essa matéria é reservada ao Prefeito².

Além, merece ser destacado que o caráter meramente autorizativo³ da norma, se esta estiver reservada a outro agente público e se deflagrado o processo legislativo por quem não detém tal competência, mesmo assim a iniciativa padecerá de inconstitucionalidade por vício formal.

Por sua vez, o art. 4º regulamenta a forma com que se dará a publicidade implicando então em ato de caráter gerencial da administração, o que também é vedado ao vereador realizar.

Assim, a fim de auxiliar o consulente, sugere-se seja adotada redação para os arts. 3º e 4º semelhante à redação julgada constitucional pelo TFRS, importando, por exemplo, o que disposto no texto da Lei nº 3.080, de 2017, de Novo Hamburgo.

Ademais, por fim, cumpre anotar, sob a mesma fundamentação e também para não interferir na organização e funcionamento da administração, que deve ser retirado do texto projetado o prazo contido no art. 5º para a regulamentação da norma pelo chefe do Poder Executivo⁴.

III. Desta feita, esta Orientação Técnica conclui que o Projeto de Lei, ora analisado, na forma com que se apresenta, não se mostra em condições de tramitar na Casa Legislativa do

² Art. 53. Compete privativamente ao Prefeito: (...) f) dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal na forma da lei”

³ Ver, nesse sentido o texto informativo do IGAM: *Processo de lei municipal: autorizativa, sancionada pelo Câmara e a lei municipal*


⁴ “Fixação de prazo para a regulamentação da norma legal: Inadmissibilidade, ingerência na organização administrativa. Ao Legislativo não cabe estipular prazo para que o Executivo regulamentar a norma. Desrespeito à separação dos poderes” (ADI nº 2004837-81, 2019.8.26.0000. Relator (a): Beneria da Silveira; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - RJ). Data do julgamento: 08/05/2019; Data de Registro: 09/05/2019)



Município de Itaquí, por possuir vícios de ordem formal, recomendando-se, para que adquira contornos de legalidade e constitucionalidade, que sua redação se adeque ao que foi declarado como constitucional pelo TJRS na ADI nº 70076374750.

Recolhidos os referidos ajustes, verifica-se que não haverá óbices à sua implementação em âmbito local.

O IGAM permanece à disposição.


THIAGO ARNOLD DA SILVA
Consultor Jurídico do IGAM
OAB/RS nº 134.962


EVERTON MENEGALES PAIM
Consultor Jurídico do IGAM
OAB/RS 31.446



LEI Nº 3080, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui o programa de parceria A União faz a Educação - Adote uma Escola, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO: Faço Saber que o Poder Legislativo aprovou e eu promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o programa de parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada denominada A União faz a Educação - Adote uma Escola.

Parágrafo único. O programa de parceria A União faz a Educação - Adote uma Escola tem por objetivo incentivar pessoas jurídicas tornarem-se parceiras do Poder Público por contribuir para as melhorias da qualidade do ensino na rede pública municipal.

Art. 2º A participação de pessoas jurídicas no programa, dar-se-á sob a forma de doação de equipamentos, livros, uniformes, materiais escolares, carteiras, promoção de palestras sobre saúde, meio ambiente e outros temas de interesse dos alunos, patrocínio de obras de manutenção, reforma e ampliação de prédios escolares ou de outras ações que visem beneficiar o ensino nas escolas municipais.

Parágrafo único. As obras de reforma e ampliação poderão ser realizadas em consonância com as necessidades elencadas e sugeridas pelo Poder Executivo, em consonância com a direção da escola e supervisão da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Viação e Obras.

Art. 3º Estarão aptas a participar do programa, pessoas jurídicas que estejam adimplentes com os tributos municipais.

Art. 4º O programa de parceria A União faz a Educação - Adote uma Escola, não implicará em ônus de nenhuma natureza para o Poder Público, nem concederá qualquer incentivo fiscal aos parceiros.

Art. 5º As pessoas jurídicas que desejam ingressar no programa A União faz a Educação - Adote uma Escola, deverão firmar um termo de cooperação com o Poder Executivo.

§ 1º O termo de cooperação poderá ser firmado pelo prazo de 1(um) ano ou de acordo com obra(s), ou doação(s) específica(s), podendo ser renovado por igual tempo desde que, aprovado pelo Poder Executivo e comprovadamente tenha a empresa adotante cumprido com todas as obrigações assumidas para o período.

§ 2º Cada empresa participante do programa poderá adotar até 3 (três) instituições de ensino público.

Art. 6º A pessoa jurídica que vier a adotar uma ou mais escolas poderá escolher dentre as necessidades apontadas pela direção das escolas as providências, observadas as incluídas no art. 2º desta Lei, que estejam melhor adequadas às suas possibilidades.

Art. 7º As pessoas jurídicas participantes do programa poderão divulgar, com fins promocionais e publicitários, as ações praticadas em benefício da escola adotada.

§ 1º As empresas que participarem do referido programa poderão explorar com exclusividade a publicidade nos materiais escolares e equipamentos doados, bem como na pintura de muros e instalações de painéis (outdoors) nas escolas.

§ 2º As escolas não poderão firmar parcerias com pessoas jurídicas que comercializam produtos ou serviços proibidos ou impróprios para menores ou que causem danos à vida ou à saúde.

§ 3º As dimensões e o local onde poderão ser pintados os muros ou instalados os painéis referidos no caput deste artigo, poderão ser previamente definidos entre a Secretaria Municipal de Educação e a direção de cada escola, levando-se em consideração os espaços físicos disponíveis em cada unidade de ensino.

§ 4º Não poderão ser veiculados nos materiais escolares, equipamentos, muros e painéis propagandas político-partidárias ou nomes de pessoas que concorrerão a cargos eletivos municipais, estaduais e federais.

Art. 8º Anualmente, a Câmara Municipal poderá realizar sessão solene para prestar homenagem às pessoas jurídicas participantes do programa e conferir a entrega do título Parceiro do Programa A União faz a Educação - Adote uma Escola, através do diploma de reconhecimento público.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA "VICTOR HUGO KUNZ", aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

PATRÍCIA TAINE BECK,
Presidente.

Registre-se e Publique-se.

BEL. RACHEL TOMASI DE MELO
Diretora-geral.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 23/01/2018

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.



Jurisprudência

1. Núm.: 70076374750

Tipo de processo: Ação Direta de Inconstitucionalidade

Tribunal: Tribunal de Justiça do RS

Classe CNJ: Direta de Inconstitucionalidade

Relator: Luiz Felipe Brasil Santos

Redator:

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Comarca de Origem: PORTO ALEGRE

Seção: CIVEL

Assunto CNJ: Controle de Constitucionalidade

Decisão: Acordao

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 3.080/2017. MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO. "INSTITUI O PROGRAMA DE PARCERIA A UNIÃO FAZ A EDUCAÇÃO - ADOTE UMA ESCOLA". LEI DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO. VÍCIO DE INICIATIVA NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES NÃO CONFIGURADA. Não padece de inconstitucionalidade formal lei municipal de iniciativa do Poder Legislativo que institui o programa denominado "A União faz a Educação - Adote uma Escola", possibilitando que as empresas privadas contribuam para a melhoria da qualidade do ensino na rede pública municipal, por meio de doações de materiais escolares, livros, uniformes, promoção de palestras, e patrocínio de obras de manutenção, reforma e ampliação de prédios escolares, com direito à publicidade. A lei impugnada não altera a estruturação dos órgãos públicos, nem as atividades administrativas, tampouco cria atribuições aos órgãos da Administração, matérias de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, previstas no art. 60, II, da Constituição Estadual. JULGARAM IMPROCEDENTE, POR MAIORIA. (Ação Direta de Inconstitucionalidade, Nº 70076374750, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em: 21-05-2018)[0]

Data de Julgamento: 21-05-2018

Publicação: 02-07-2018

Jurisprudência:

Esta página utiliza a fonte ecológica EcoFont Vera Sans
Instale-a em seu computador para economizar tinta.



CAMARA MUNICIPAL DE ITAQUI

Rua João Dubal Goulart, 942

ITAQUI - RS

55 34338207 - CNPJ : 90.776.279/0001-92

contador@camaraitaqui.rs.gov.br

www.camaraitaqui.rs.gov.br

PROCESSO Nº 425/2019
IMPRESSÃO DE DESPACHO
Data: 04/11/2019
Hora: 10:48
Usuário: PATRICK MOTA MUNIZ
Público: Sim

Processo : 425/2019
Data : 04/11/2019
Tipo : PROJETO DE LEI
Requerente : LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Observação : Encaminhamento de Projeto de Lei nº 21 OL.

Titular do Processo : LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Hora : 10:03
Atendente : PAMELA PIARDI DE ALMEIDA

Despacho : Após análise, encaminhamento para tramitação nas comissões desta casa.

Data:04/11/2019


Ver. Clóvis Correa
Presidente